

Fátima: a expressão de um culto

O nascer do dia de 13 de Maio de 1917 não prometia, à partida, nada fora do ordinário. No entanto, para três pastorinhos de uma zona rural e pobre do centro de um Portugal «republicano», este veio a demonstrar-se invulgar.

No fim de tarde desse mesmo dia, Jacinta Marto (1910-1920) e seu irmão Francisco Marto (1908-1919), de Aljustrel, revelam a seus pais e irmãos, que, com a sua prima Lúcia de Jesus Santos (1907-2005), tinham visto uma aparição da Virgem Maria, no topo de uma azinheira, na Cova da Iria, onde habitualmente pastoreavam os rebanhos. A notícia do aparecimento da Santa, trajada de branco e dourado, virá a ser confirmada por Lúcia no dia seguinte, daí se espalhando facilmente pelas vizinhanças.

A este fenómeno se lhe seguiram outros cinco ao longo de seis meses, balizando o período das aparições entre 13 de Maio a 13 de Outubro de 1917.

Cedo a peregrinação a Cova da Iria começou a ganhar força e reconhecimento popular nacio-

Aparição de Nossa Senhora de Fátima aos Pastorinhos (representação coeva).



Tiago Apolinário Baltazar

*Licenciado em Filosofia, Colaborador do CEHR
e Mestrando em História Contemporânea na FLUL-UL*

nal. A 13 de Julho, para assistir à terceira aparição, segundo os relatos, encontra-se já com os videntes uma massa de cerca de 2 000 a 3 000 pessoas.

A 13 de Outubro, dia da última aparição, atraídas pela promessa do «milagre», agrupam-se,

sem clara exactidão, entre 40 000 a 120 000 crentes ou meros curiosos. O fenómeno, por todos presenciado, nas palavras de Avelino de Almeida (1873-1932), correspondente de *O Século* e, à partida, homem insuspeito, foi deste modo descrito: «O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o mínimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-ia estar-se realizando um eclipse. [...] Aos olhos deslumbrados daquele povo, cuja atitude nos transporta aos tempos bíblicos e que, pálido de assombro, com a cabeça descoberta, encara o azul, [...] o sol tremeu, o sol teve nunca vistos movimentos bruscos fora de todas as leis cósmicas – o sol ‘bailou’, segundo a típica expressão dos camponeses». O «milagre» tinha-se realizado. Fátima passaria a estar agora sob os olhares atentos do mundo.



Fátima no Quadro Social e Político Português

Não fora os eventos das aparições, Fátima, localizada no concelho de Ourém, distrito de Santarém, pertencente à diocese de Leiria-Fátima, talvez nunca tivesse saído do anonimato a que outras tantas zonas recônditas de Portugal ainda hoje estão condenadas. Na década de 1920 uma única família de

dubitável de que as aparições de Fátima tiveram um forte impacto na dinâmica da experiência religiosa portuguesa. E um impacto, é preciso notar, crescente. As aparições de Fátima foram, na verdade, o mais importante fenómeno religioso do séc. XX português. Estas vieram, de facto, impor ao catolicismo nacional uma reconfiguração e uma resignificação, servindo de moldura aglutinadora de um vivenciar da experiência cristã e mariana, impondo novos quadros referen-



7 pessoas vivia na Cova da Iria. Em 1940 o número cifrava-se já em 271 habitantes; em 1950, 778; e em 1981, 2 191 habitantes. Em 1922 existia apenas um único foco de comércio; em 1970 eram estes já 180. Os alojamentos subiram igualmente de forma notória: em 1920 existia 1 único fogo, fruto da família que lá vivia; em 1940, eram já 57; em 1950, 121; e em 1981, 558 alojamentos.

Estes números, meramente indicativos do desenvolvimento da Cova da Iria, expõem o facto in-

ciais de mentalidades, de práticas religiosas e mesmo imagéticos de devoção. A este sucesso concorreram três factores fundamentais preexistentes no quadro socio-cultural português: o do culto mariano, entendido como bênção e «protecção do céu» a Portugal; o sentido messiânico e providencialista português de carácter patriótico, na sua vertente de realização dos «desígnios divinos de expansão da cristandade»; e a «valorização da salvação como problemática pessoal e social», «em confronto com o mundo marcado pelo



pecado». Na verdade, o catolicismo português viu formar-se-lhe, ao longo do século de oitocentos, uma identidade particularmente centrada na componente ultramontanista, de realidade afectiva antes mesmo de ser doutrinal, a qual teria como bases a afirmação da autoridade Papal, como factor de «identidade e mobilização católicas, assente numa legitimidade para além do Estado», fortemente ancorada na proclamação da infalibilidade pontifícia (1870); a valorização das congregações religiosas como expressão de organicidade, liberdade e autonomia da Igreja em relação à sociedade liberal; e a condenação geral do «mundo moderno», com vista a uma «restauração católica» da sociedade. Para tal, naturalmente, o catolicismo procurara alcançar uma base de apoio popular, sustentada num programa devocional ao Papa, ao culto mariano e ao culto eucarístico.

É necessário compreender que Fátima não estabelecerá um corte com a tradição religiosa portuguesa, mas, por outro lado, servirá de esteio para o fortalecimento desta. O culto mariano, nas suas várias matizes, encontra-se presente desde muito cedo na religiosidade portuguesa, sendo, aliás, uma das mais fortes, senão mesmo a mais forte, das suas acentuações particulares. Os santuários, pequenas capelas, ou meros altares Marianos (muitas vezes frutos de uma construção rudimentar mas de forte expressão popular) nunca deixaram de povoar o país. E a estes o povo nunca deixou de peregrinar. Aliado a este culto, encontrase, pois, a devoção ao Papa, o qual serviu sempre

como ponto de referência máximo ao catolicismo, bem como a devoção eucarística, a qual se apresenta como elo de ligação sempre presente entre os fiéis e a hierarquia da Igreja e, por isso, fomentadora de uma forma de identidade e comunhão da prática religiosa. Fátima apresenta-se, assim, como um fenómeno de fortes traços de continuidade com a tradição religiosa católica portuguesa, e será através dela, ou, melhor, nela incorporada, que estas mesmas temáticas irão ganhar uma maior força, desenvolvendo-se num plano mental geral de ânsia de salvação nacional.

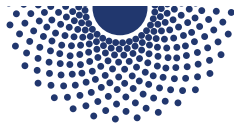


A realidade portuguesa, aliada à realidade da guerra europeia, aliás, predispunha-se exactamente a isso. A situação em que o país se encontrava em 1917 era das mais graves desde a instauração da Monarquia Constitucional (1834-1910).

O republicanismo havia tomado o poder em Outubro de 1910 com promessas de uma modernização e de um

progresso de vertente racionalista. A realidade, no entanto, cedo evaporou essas esperanças. O seu apoio minoritário, urbano e pequeno-burguês, contrastava radicalmente com o país real rural, conservador e católico. Como tal, a questão religiosa tomará uma importância fundamental para a própria sobrevivência do regime. Para «republicanizar» o país era preciso, pois, atacar a Igreja e, em casos extremos, o próprio catolicismo, vistos como eram como um entrave à estabilização e propagação do regime, e como origem do todos os atrasos e misérias impedi-

Ao lado: multidão em Fátima por ocasião do «Milagre do Sol», em 13 de Outubro de 1917.
Em cima: os três pastorinhos.



tivos do progresso de Portugal. A Lei da Separação de Abril de 1911 foi disso uma consequência. Colocando a Igreja numa situação impossível, cedo se começou a proceder a perseguições a padres e a leigos católicos. Na verdade, não chegava separar a esfera pública da esfera do religioso, importava acima de tudo «converter e reformar as consciências», bem como criar um «homem novo», livre de «superstições religiosas», plenamente enquadrado no «ideal de cidadania assente numa razão autónoma». O anticlericalismo, aqui, como no séc. XIX, nunca deixou de se apresentar como uma instância da luta política, onde a imagem providencialista de Fátima abriria lugar a um projecto nacional de restauração católica, assente numa nova consciência do agir contra os «inimigos da religião».

A este cenário aliou-se a entrada de Portugal, em 1916, na Grande Guerra (1914-1918). Tal decisão veio a arruinar ainda mais o já frágil e pobre tecido socioeconómico português. Este, incapaz de sustentar tal participação, rapidamente se viu a braços com uma dramática inflação. Os racionamentos e aumento geral do custo de vida cedo se generalizaram, fomentando uma crise de subsistências, desemprego, fome e miséria geral para aqueles que, à partida (a maioria), já pouco tinham. Para mais, não é displicente observar que, com o envio de tropas para a Flandres, no ano de 1917 uma em cada 13 famílias portuguesas vira partir um dos seus membros para a frente de combate. A violência e a brutalidade da Grande Guerra era assim, de algum modo, vivida no dia-a-dia da população, o que só veio a fomentar e dar justificação para o surgimento de fortes vagas de ataques oposicionistas ao regime republicano e à publicitação da mensagem de paz e de salvação que Fátima encarnará.

Será então neste panorama que o fenómeno de Fátima se encontrará enquadrado. Para uma população portuguesa pobre, de crença religiosa antiga e genuína, e sem qualquer efectiva esperança de melhoria de vida, Fátima surgirá como um pólo de verdadeira devoção e natural adesão. Assim se expli-

cará que Fátima se venha a tornar, nos anos que se seguirão, quer um ponto de reafirmação identitária de Portugal como um país «verdadeiramente» católico e de vertente missionária, quer como um ponto de encontro entre a religiosidade popular e as esferas hierárquicas e doutrinárias da Igreja católica. De certa forma, é através de Fátima que o catolicismo português se reencontrará consigo próprio, «recompondo-se» agora por e através desta, favorecendo a sua «unificação e uniformização» numa causa comum – a expressão do culto da Virgem Maria.

A Igreja e o Culto: Reserva e Devoção

Num período em que as estruturas eclesíásticas católicas estão claramente fragilizadas, o culto de Fátima irá caracterizar-se por manifestações de religiosidade popular que se consubstanciam numa forma de «resistência», «mobilização» e organização do espírito religioso das populações.

Mas, se imediatamente o povo crente português irá, de forma vasta, aderir ao movimento de devoção que Fátima personifica, nem todos seguirão com igual devoção os eventos de 1917. Na verdade, desde o primeiro momento que a hierarquia da Igreja se mostrou extremamente prudente relativamente às aparições. Pelo menos publicamente, e não sem alguma razão. De facto, só em 1922 se virão a ordenar as averiguações canónicas sobre as aparições de Fátima, tendo as autoridades eclesíásticas apenas em 1930 oficialmente reconhecido o fenómeno das aparições e o culto das mesmas.

Estas reservas terão, pelo seu carácter, duas razões de ser. Por um lado, mediante o fenómeno de manifestações de culto popular que cedo se instalara, e que, não raras vezes, tende, ou possibilita, um choque com a instituição e doutrina estabelecida, a Igreja entenderá por bem assumir uma natural reserva perante o caso, pelo menos até que as altas esferas hierárquicas – de Roma, inclusive – se manifestem. Por outro, a própria relação entre Esta-

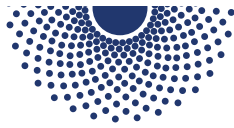


Capelinha das aparições dinamitada (6 de Março de 1922).

do e Igreja mantinha-se, como se sabe, particularmente tensa – apesar da tentativa de uma normalização das relações entre Estado e Igreja da «República Nova sidonista» (Dezembro 1917-Dezembro de 1918). A conjuntura não favorecia, pois, precipitações de reconhecimento que, posteriormente, se poderiam demonstrar «cientificamente» falsas e servir de munição aos já vastos críticos da Igreja – em 1917, a imprensa republicana impunha, de facto, um discurso ridicularizador e repressivo, opondo o obscurantismo religioso das aparições à luminosidade racionalista republicana. Tanto assim foi que, mais tarde, será o próprio cardeal Cerejeira (1888-1976) quem virá a transmitir a ideia de que teria sido Fátima quem se «impôs» à Igreja, e não o contrário.

Tal não foi exactamente o caso. Em termos pessoais e privados os representantes hierárquicos

da Igreja observarão as aparições com algum «bom grado». A ideia de criar uma «futura Lourdes Portuguesa» não estava, como é óbvio, completamente fora dos planos. Não deixa de ser curioso de notar que, em Novembro de 1920, o bispo D. José Correia da Silva (1872-1957), três escassos meses após ter tomado o seu lugar na recentemente restaurada diocese de Leiria (1918), terá mandado comprar em seu nome os terrenos da Cova da Iria, planeando já aí a construção de um grande santuário composto por «uma basílica e mais 14 capelas». Foi sob sua graça, aliás, que terá sido escolhido, em 1922, o padre Dr. Manuel Nunes Formigão (1883-1958) – um homem de uma elevada devoção ao culto de Lourdes, e que desempenhará um papel fundamental no impulso do culto de Fátima – para conduzir o processo canónico diocesano às aparições (1922-1930) e



formular um relatório oficial. Nunes Formigão cedo se terá convencido da veracidade das aparições. A partir de 1918 é de facto possível encontra-lo, sob o pseudónimo de «visconde de Montelo», a redigir dezenas de artigos apologéticos no semanário católico *A Guarda*, prática que manterá sob a forma de folhetos e livros pelos anos 20. Mais notoriamente, a 13 de Outubro de 1922, e sob a sua direcção, inicia-se a publicação da *Voz de Fátima*, que chega em 1935 a ser a publicação de maior tiragem do país. Fora este, pois, reconhecidamente, o primeiro grande apolo-gista e propagandista de Fátima e um dos mais importantes elos de ligação entre as estruturas eclesiásticas e o culto popular na divulgação da mensagem fatimista, promovendo a já referida «recomposição»

Primeira Missa Campal (13 de Outubro de 1922).

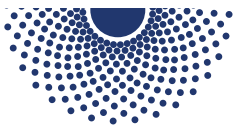
e «unificação» do projecto católico em torno do culto da Santa.

Afirmação, Reconhecimento e Consagração

Se é certo que o dito processo de inquérito tardou a iniciar-se e, quando se iniciou, se expandiu pelo período de 1922 a 1930, esta delonga não impediu que, na prática, o culto popular de Fátima não crescesse e iniciasse o caminho à sua consagração.

Genericamente podemos considerar que, de 1917 a 1930, Fátima será entrevista como um verdadeiro pólo da «restauração católica», produtora, directa ou indirectamente, de um discurso de cariz





«católico nacionalista, anti-republicano e anti-ateísta». Primeiro, através de uma tentativa de apropriação por parte do campo monárquico-tradicionalista, ligado ao movimento do «Integralismo Lusitano», como veículo cuidado de transmissão de uma mensagem anti-republicana; depois, a partir de 1922, e com um amenizar da perseguição republicana, como veículo natural de culto e do professor religioso. O próprio Dr. Manuel Nunes Formigão, figura basilar na afirmação do culto de Fátima, como já foi referido, nunca escondeu a sua antipatia pelas doutrinas progressistas, demoliberais e republicanas.

A instauração da Ditadura Militar (1926-1933) traz consigo um claro serenar da situação política e religiosa, permitindo que a promoção do santuário entre numa clara fase de aceleração. Com esta, Fátima ganha um estatuto triunfante em relação à I República e, por isso mesmo, alvo de respeito e colaboração, e mesmo de alguma instrumentalização pela nova situação política. É igualmente neste período que se denota uma mais clara adesão ao fenómeno por parte da hierarquia eclesiástica. De 1926 a 1928 o santuário será visitado, oficialmente, não só pelo bispo de Leiria, mas igualmente pelos bispos do Funchal, de Beja, de Angra e de Meliapor, bem como pelo arcebispo de Évora, e pelo núncio apostólico, monsenhor Nicotra. Em 13 de Maio 1928 é então, finalmente, lançada a primeira pedra da Basílica do Rosário. E o ano de 1929 verá ainda o presidente Óscar Carmona e o ainda ministro António de Oliveira Salazar visitarem o local das aparições. A pouco e pouco, Fátima fora-se tornando num foco de referência central do catolicismo português, tendo por este sido promovida e, devido à sua origem popular, enquadrada na sua história oficial.

Na verdade, o culto de Fátima, e apesar das reticências públicas, nunca sofrera qualquer nível de oposição da hierarquia católica. Quando muito sofrera um apoio velado, mas um apoio ainda assim. E é deste modo que, a partir dos anos 30, e já devidamente reconhecido, o culto de Nossa Senhora de Fátima,

entra finalmente no discurso oficial eclesiástico. O Estado Novo (1933-1974), em particular, procurará no culto fatimista um poderoso aliado à ideia doutrinária de um «duplo ressurgimento», «espiritual e nacional», da pátria, procurando em Fátima o agente da «re Cristianização tradicionalista» que considerava necessário à sociedade portuguesa.

De igual modo, e não esquecendo o papel decisivo que o episcopado nacional teve na afirmação de Fátima, esta terá o seu reconhecimento e consagração oficial, enquanto fenómeno fora de portas, com o empenhamento do Vaticano. O primeiro gesto de aproximação e devoção dá-se com Pio XI, em 1929, com a chamada «aprovação implícita», quando este distribui aos alunos do Colégio Português, em Roma, estampas da Virgem de Fátima com a invocação «Mãe clementíssima, salvai Portugal». A Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a II Guerra Mundial (1939-1945) e o mundo do pós-II Grande Guerra (1945-1991), como eventos de importância mutadora dos paradigmas e dinâmicas do mundo, virão, igualmente, a estimular uma forte atenção por Fátima. Desde a segunda metade dos anos 30 que o discurso fatimista ganhara uma vertente de promoção de um universalismo católico de pendor anticomunista. Por isso mesmo, não é de estranhar que, em 1942, o papa Pio XII venha a consagrar o mundo ao Imaculado Coração de Maria, tendo, no pós-1945, um estatuto internacional providencialista de antídoto para o ateísmo comunista.

A partir dos anos 50 o Santuário irá ganhar um novo e decisivo impulsionamento. Visitam-no o cardeal Roncalli, posteriormente eleito papa João XXIII, a 13 de Maio de 1956; o papa Paulo VI, a 13 de Maio de 1967; o cardeal Luciani, futuro papa João Paulo I, a 10 de Julho de 1977; e o papa João Paulo II a 13 de Maio de 1982 e a 13 de Maio de 1991. A devoção do papa João Paulo II à Virgem foi, aliás, um ponto fulcral na consagração mundial do seu culto, bem como um categórico reforço na consolidação da matriz identitária do catolicismo português na devoção à Virgem Maria.